

Indigência moral e política

Ao impor o banimento aos mendigos da cidade, o prefeito de Corumbá (MS) exibiu sua indigência moral e política. Mesmo que se livre das acusações de seqüestro e de cárcere privado, ficará desqualificado como administrador e homem público. Como administrador, pelo fato de lidar com um problema social, a mendicância, com operação a que só se recorre para controle sanitário. E, como homem público, pelo expediente escuso de se livrar de um problema aliando-o sobre outrem – no caso, os prefeitos de cidades ao longo do itinerário percorrido pelo ônibus, entre Corumbá e Itapetininga.

A expulsão dos mendigos de Corumbá por ordem do prefeito é um ato estúpido e brutal

Parece que os 27 sem-teto “expulsos” desta feita pelo prefeito Éder Brambilla só se transformaram em notícia por ter um deles denunciado a operação, do que resultou a apreensão do ônibus no interior de São Paulo. Por sinal, um lavador de carros, trabalhador, portanto, embora no setor informal; o que mostra que ninguém se torna desocupado por vontade própria. Outras viagens de deportação já teriam sido organizadas em Corumbá; e com o apoio do presidente da Associação Corumbaense de Turismo, Carlos Roberto Santana. A “justificativa” dessa sistemática escabrosa é dada com naturalidade pelo prefeito. Corumbá, na fronteira com a Bolívia, é como um fim de linha em que se descarregam desocupados de todo o País, gerando-se “graves problemas sociais, com o aumento da mendicância e da criminalidade na região. Os desocupados, segundo a polícia, usam drogas e fazem pequenos furtos”.

Até aí, salvo o pormenor da localização, nada de muito diferente do quadro social encontrado em qualquer pólo regional. E será muito exagero alegar que a presença de desocupados e de forasteiros estivesse ge-

rando pânico na cidade que, com seus quase 90 mil habitantes, não terá comportamentos primitivos e provincianos. Tudo indica que, no fundo, a atitude do prefeito Éder Brambilla traduz simplesmente a veleidade de maquiar nossa realidade urbana. Pelo menos em Corumbá. Daí a varrição periódica dos desocupados e sem-teto das ruas da cidade. Como se sua presença turvasse as águas do Rio Paraguai, que atraem anualmente cerca de 70 mil tu-

ristas-pescadores. O controle dos desocupados é sistemático. Palavra do próprio prefeito. Quanto aos 27 que decidiu deportar para São Paulo, ele diz terem sido

“rigorosamente” triados, num universo de 150 pessoas.

O que, ainda segundo seu testemunho, não impediu que logo depois aparecessem mais 92, “acampados no bairro Porto Geral, o ponto mais turístico de Corumbá”. A saída, para ele, portanto, é a das barreiras sanitárias, desviando para outras regiões o fluxo do problema.

Deixa de ser um homem público quem é tão friamente assim alheio aos problemas sociais. Quem os repele, no mais estrito sentido do verbo – o físico –, tão logo se apresentam. E tanto pior se detém um mandato: exerce-o, distanciando-se da sociedade, que se mostra de ordinário bem mais sensível e amadurecida. Tem toda razão Wanda Engel, secretária de Assistência Social do governo federal, ao dizer, a propósito do ocorrido em Corumbá, que “essa técnica de tirar da rua e distribuir pessoas pelas estradas é a forma mais inconseqüente de resolver problema”. Com apenas um reparo: empregar o termo técnica para o que fez o prefeito Éder Brambilla é impropriedade de expressão. O expediente do prefeito de Corumbá é intoleravelmente estúpido e brutal.